

Dossiê

América Latina: nova fase de múltiplos embates

Jair Pinheiro e Lúcio Flávio de Almeida (orgs.)

Por um mundo onde caibam muitos mundos: O zapatismo e as não-fronteiras da resistência e da esperança

Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho*

Resumo:

Este artigo se limita a propor algumas questões interpretativas que, esperamos, possam lançar alguma luz para a compreensão do papel desempenhado atualmente por alguns movimentos sociais na América Latina, inteligíveis nos marcos de uma análise centrada na luta de classes, especialmente o Exército Zapatista de Libertação Nacional, que têm sua natureza no campo e em comunidades indígenas, e sua relação na formação e atuação de uma conflitualidade contra determinado sistema.

Introdução

Em 1º de janeiro de 1994, numa conjuntura que apregoava o fim das alternativas à ordem social vigente e em que a história testemunhara o fim da “bipolaridade” no cenário mundial, num escondido rincão do sudeste mexicano, na exata data em que entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, um punhado de indígenas mal-armados desferem um grito de *Já Basta!* Contra mais de 500 anos de exploração e opressão, contra certas condições de miséria pré-moderna em que ainda vivem e contra a modernização neoliberal da miséria que “os de cima” buscam lhes impor no presente¹.

* Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Professor Colaborador do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Esteve nas comunidades zapatistas entre dezembro de 2006 e janeiro de 2007 e participou do *I Encontro dos Povos Zapatistas com os Povos do Mundo*. Autor da dissertação *Abaixo e à esquerda: Uma análise histórico-social da práxis do EZLN*, entre diversos artigos sobre o zapatismo e a América Latina. E-mail: a.hilsenbeck@gmail.com

1 Miséria essa que mescla dialeticamente elementos da pré-modernidade e da modernidade, que nega às populações indígenas chiapanecas elementos básicos do desenvolvimento social humano, como água potável, luz elétrica, sistema de saúde etc. Miséria que liga distintos tempos históricos e se torna bastante funcional ao sistema. Para análises sobre a interdependência orgânica em que se

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 14 anos de insurreição pública e 24 de formação, em decorrência das próprias transformações teóricas e práticas pela qual passou, inovou e questionou diversos cânones das teorias e experiências dos movimentos de esquerda do último século, desvelando novas (velhas) formas de organização e de se fazer política. O zapatismo, pelas suas características organizativas, suas formas de luta e de fazer política, suas inscrições identitárias, suas conceitualizações da ação coletiva, suas formas de linguagem, seus questionamentos em relação ao poder, a política, ao Estado e a democracia, coloca particularidades que o distingue de outros movimentos precedentes e, sem dúvida, impulsiona a revitalização do pensamento crítico. Com uma capacidade questionadora e de autocrítica poucas vezes vista em movimentos do tipo, o EZLN se apresenta mais como antípoda das tradicionais guerrilhas que a América Latina conheceu, sendo um dos despertares mais visíveis de um novo ciclo de protesto social que tomou corpo no decorrer da segunda metade dos anos 1990 na América Latina, de cunho antineoliberal e anticapitalista.

Um mundo com indígenas

Ao buscarmos entender o EZLN, invariavelmente, temos que considerar a questão étnica que o conforma. No México, os indígenas representam entre 10% a 15% da população, isto é, entre 8 e 12 milhões de pessoas divididas em 56 grupos étnicos². Assim, além da desigualdade e da miséria, outro elemento fundamental a ser analisado para a compreensão das contradições do país é a diversidade étnica. Não obstante o fato de que certos elementos para a apreensão do significativo peso das populações indígenas na conformação mexicana devam ser buscados a partir da colonização e da formação do Estado-nação, não se deve restringir-se a esse momento histórico, pois, se a gênese desse conflito se deu nos primórdios do capitalismo mercantil, essa luta evoluiu e acompanhou o processo de desenvolvimento do próprio capitalismo, transformando-se e adaptando-se.

Com a consolidação do Estado burguês e sua ideologia liberal, se procurou tornar hegemônica a cultura capitalista do ocidente europeu, relegando às outras formas culturais o título de *mortas* ou *arcaicas*; buscou-se assim ocultar o “problema cultural”, graças à própria pretensão normativa do paradigma liberal que pretende se colocar como civilizatório e mesmo ontológico, como um dever-ser da história, gerando conflitos contraditórios com concepções de mundo

articulam o “moderno” e o “arcaico” em sociedades capitalistas, ver por exemplo, estudos de Chico de Oliveira, de Leon Trotsky e ainda Celso Furtado e Caio Prado Jr.

2 Entretanto, não se trata de forma alguma de uma questão apenas quantitativa, pois a influência da cultura indígena é muito presente no país, e além disso, costuma-se falar de um “etnocídio estatístico” no tocante ao censo indígena, pela falta de uma metodologia adequada para mensurar a real presença étnica no país.

distintas, como as indígenas (Dávalos, 2005a; 2005b).

A nacionalidade dos Estados latinos não apenas não representa as identidades da grande maioria de sua população, como lhes é contrária. Na prática, a descolonização do continente apenas se realizou de forma incompleta visto que, não obstante a independência dos reinos ibéricos, foi mantida a estrutura interna da colônia e o domínio ideológico capitalista. A maior parte desses Estados se tornou excludente e homogeneizador, exatamente por não corresponder a uma realidade social complexa e heterogênea, por reconhecer uma só identidade e nacionalidade – e assim tentar escamotear uma radical fragmentação e divisão sócio-cultural e econômica (Casanova, 2003). De tal modo, a busca para a “solução” do “problema étnico” se traduz em um complexo desafio sócio-político contra um projeto centralista e excludente, que tem por base a cultura e a ideologia da classe dominante, que percebe o “outro” como uma cultura inferior, fruto do atraso, que é necessário superar, na medida em que se configura como obstáculo à “unidade” da nação.

Cabe ressaltar que esses elementos de homogeneização do Estado-nação, decorrentes do modo de produção capitalista, são importantes para demarcarmos a trajetória de exclusão e opressão sofrida pelos *pueblos* indígenas. Contudo, as novas configurações do capitalismo, bem como o papel do Estado e das empresas transnacionais, parecem se basear não tanto na homogeneização, mas na forma de exaltação da diferença, na *ode* ao multiculturalismo. A diversidade adquiriu novo status.

A denominada globalização do capital está mais complexa e funciona a partir de certos mecanismos que buscam aproveitar a diversidade sócio-cultural, procura a inclusão universal das identidades. Para tanto, recorre à dissolução das bases comunitárias da identidade, da sua expressão coletiva e a “substitui” por identidades individuais, por identificações de todo tipo, por “pseudo-identidades”, sem substratos coletivos (Díaz-Polanco, 2005).

Não se propaga mais uma “homogeneização cultural”, ao contrário, se “exalta” a diversidade, sob a ideologia multiculturalista, mas se busca converter a pluralidade de culturas como meio de reprodução e expansão do capitalismo, pois se centra somente na “cultura”, relegando ao ostracismo as diferenças econômicas e sócio-políticas. Esse processo de assimilação e devoração das identidades étnicas é denominado de “etnofagia” por Díaz-Polanco (2005), na qual se busca primeiro a “inclusão” cultural no sistema, desde que as diferenças sejam consideradas como não essenciais ou ignorada sua existência, o que possibilita um consenso coincidente. Em realidade, se extirpa o potencial conflitivo, contestatório das diversas subjetividades, se retira sua resistência substancial e as assimila a organização capitalista, através de sua dissolução gradual. Forjando

ligações íntimas com o consumismo, pois limitam as opções de vida e enquadram o cotidiano a padrões similares de consumo de produtos, objetos e serviços.

A diversidade é exaltada, afirmada, defendida e aceita, desde que nos estritos marcos de tolerância do capitalismo, que em sua atual face procura uma “diversidade sem diferença”. Daí a relevância de identidades com fortes laços comunitários e solidários, como os *pueblos* indígenas, que se encontram em resistência frente ao capital, pois diante de um quadro de mercantilização da reprodução da força de trabalho, a construção dessas identidades coletivas em rebeldia se converte em espaços de resistência ou de subversão (Ceceña, 2005).

Parte significativa da população mexicana enxerga os indígenas como sujeitos inferiores, eles são alvos de racismo, gozações e menosprezos. Subestimam-se idiomas, religiões, culturas, direitos e ainda a condição humana dos povos índios (Muñoz, 2002). Esta visão contrasta imediatamente com outra, a de ostentação do passado pré-hispânico, no México existe uma tendência para entender a problemática indígena entre a assimilação e a segregação, como dois pólos de um pêndulo³.

Dado estes fatos, faz-se compreensível que uma das grandes bandeiras de luta zapatista seja a de reconhecimento da dignidade indígena. Luta, aliás, em que os insurgentes têm conquistado grandes avanços, modificando, em boa medida, a percepção da sociedade mexicana (e mesmo mundial) sobre os *pueblos* indígenas e suas condições sociais e agregando diversos *pueblos* numa luta comum. Contudo, quando partimos de uma análise que busca compreender as contradições internas do movimento zapatista, percebe-se que se faz necessária uma crítica ao discurso e a concepção histórica dos insurgentes e, o que é pior, reproduzida por diversos analistas.

É comum no discurso zapatista a referência a uma história que remonta há mais de 500 anos, como forma de legitimar sua luta e a incorporar na longa tradição de resistência indígena e mexicana, o que leva os insurgentes a realizarem uma reconstrução da própria história do país e, sobretudo dos indígenas, ressignificando valores e linguagens. Tal foco auto-referente levou muitos analistas, nos primeiros momentos do levante, a se equivocarem e enxergarem no EZLN uma tentativa de oposição à modernidade a partir da volta a um passado mítico, como se fosse uma rebelião milenarista. Transcorrido o tempo histórico e aclarado os objetivos e projetos zapatistas, percebe-se que a realidade é completamente outra. Apesar de sua composição social -majoritariamente indígena- o levante zapatista está longe de ser um movimento somente étnico, menos ainda que busque a instauração de uma sociedade puramente indígena e a separação do Estado mexicano. Muito pelo contrário, os insurgentes chiapanecos

3 Cf. informação oral com Gilberto López y Rivas, Cidade do México, 17/01/2007.

procuram se integrar efetivamente ao país, eles querem permanecer indígenas, mas também mexicanos, e como eles próprios afirmam, querem um “mundo onde caibam muitos mundos”.

Entretanto, acreditamos que essa questão se torna problemática (com implicações práticas, mas nesse caso, especialmente, teóricas e analíticas), quando se idealizam os *pueblos* indígenas, suas práticas sociais e políticas passadas, como se o simples fato de ser indígena denotasse uma categoria moral superior. É recorrente nos discursos zapatistas (bem mais do que nos textos), uma perspectiva de que diversas categorias que o movimento maneja atualmente já estavam presentes nas comunidades antes da Conquista espanhola, como uma forma se não superior, ao menos harmônica de justiça, de democracia direta, distribuição igualitária dos bens e uma forma de vida mais idílica. Não é necessário muito para rechaçar essas idealizações, ainda que *elementos* dessas formas sociais pudessem estar presentes em tais comunidades⁴.

Acreditamos que o movimento zapatista deva ser entendido como um movimento de “liberação” e não somente de “identidade”, pois isto significa uma ampliação dos horizontes políticos, incorporando outras questões que transcendem -ainda que se entrelacem com- as étnicas, como a relação com o poder, a mudança de regimes políticos e mesmo a questão da emancipação humana em sua luta contra a mercantilização de, cada vez mais, aspectos da vida social.

Os indígenas estão integrados e se relacionam com uma estrutura política e econômica de matriz classista, por isso sua luta de resistência se dá no enfrentamento de classes sociais e seus representantes, e não com um mundo genérico não indígena, *o ocidental*. Portanto, a questão indígena não pode ser reduzida e restrita ao âmbito cultural, porque se trata de um fenômeno sóciopolítico e deve-se incorporar, em sua análise, todas as dimensões possíveis de uma perspectiva integral (Gabriel; López Y Rivas, 2005). Sendo assim, pode-se depreender que os zapatistas, ao ampliarem sua luta a “todos os diferentes”, a “todos os excluídos”, aos “de baixo”, estão a construir muito mais uma cultura anticapitalista do que a busca de inserção dentro desse sistema. Da mesma forma, essa cultura é construída sob a base das culturas indígenas e de diversos outros elementos da cultura moderna do ocidente capitalista, com vistas a remodelar o funcionamento interno das próprias comunidades índias, através de uma síntese dialética entre as culturas capitalistas e pré-capitalistas. Busca-se, portanto, gerar uma forma de organização social qualitativamente superior, que auxilie na geração

4 Não nos estenderemos nesse assunto, pois ultrapassariam os limites e objetivos desse artigo. Para argumentos contrários a essa visão romantizada dos indígenas, recomendamos a leitura de Almeyra; Thibant (2006) e nossa dissertação de mestrado (Hilsenbeck Filho, 2007), em especial o tópico “*Que caso tienes quitarnos el pasamontañas si para ustedes todos los indios son iguales?*”.

de práticas atuais da luta antisistêmica em todo o mundo.

Ainda assim, é certo que algumas expressões da luta do EZLN são, marcadamente, lutas por identificação, mas não se restringem a tal. No caso específico dos indígenas zapatistas de Chiapas, trata-se de uma identificação que nega a si mesma no processo de identificar. É um movimento antagônico de identidade e não-identidade, que está para além do processo de identificação enquanto indígenas. É a expressão de um movimento dialético que luta no âmbito do pensamento e da prática, busca no próprio processo de identificação a sua superação, não se limitando a uma identidade particular que pode ser mais facilmente absorvida e assimilada pelo capital, em um mundo repleto de identidades fragmentadas (Holloway, 2003).

Dado que não encontramos “ilhas utópicas”, onde os indígenas possam desfrutar de uma situação de liberdade fora do sistema social, percebe-se que a luta indígena na América Latina, de forma mais ampla, em múltiplas de suas expressões, tem passado de reivindicações setoriais e demandas pontuais para uma luta de tipo político mais abrangente, impondo não apenas o respeito à diferença étnica, mas também demandas de caráter global e antisistêmica. Isto os leva a atuarem, política e socialmente, de forma também globalizada e transnacional⁵.

É necessário que se coloque a urgência da superação radical desse modo de produção e organização social, que se destrua seus mecanismos centrais. Não se pode combater o capitalismo apenas de modo aparente, em pequenos aspectos que podem ser facilmente re-assimilados, pois assim, se recolocaria a força da lógica sistêmica e totalizadora do capital, reproduzindo a submissão a um sistema produtor de exploração e desigualdades.

A modificação da sociedade tem que englobar todos os aspectos da reconstrução da vida social através da crítica radical a tudo o que fundamenta essa sociedade (como o mundo da reificação, da ideologia, do Estado e suas cisões, do trabalhador-mercadoria, da hierarquia e burocracia, da dicotomia público X privado, indivíduo X sociedade, a objetificação do sujeito, a sujeição aos objetos, o racismo, as questões de gênero, étnicas).

O enfrentamento ao sistema capitalista se situa no plano da totalidade porque seja nos confins do México, nas ruas da Argentina, nos campos do Brasil, trata-se de um enfrentamento do ser em prol de uma existência humanizada.

⁵ Faz-se importante aclarar que não existe “um movimento indígena”, único ou homogêneo. Os diversos movimentos de distintas etnias indígenas orientam-se por perspectivas e horizontes diferentes, sejam culturais, econômicos, históricos ou políticos. Mesmo assim, é possível observar implicações e tendências comuns, ainda mais no atual estágio do cenário latino-americano. A “internacionalização” e certa estrutura global dos processos autonômicos são tendências crescentes (por certo não únicas) no seio destes movimentos, que têm sabido se agrupar com outros movimentos indígenas e setores sociais para levarem adiante suas lutas (Varese, 2005; Gabriel, 2005).

Parece-nos que uma das grandes forças do zapatismo reside precisamente no fato deles conseguirem compreender como seus interesses não são distintos dos interesses e aspirações de todos os que sofrem a exploração e opressão generalizada desse sistema e, portanto, o problema não se encontra apenas – ele *também* se encontra, mas não tão *somente* – no estatuto dos indígenas no capitalismo, mas no próprio capitalismo, que é criticado hoje pelo indígenas.

VI Declaração da Selva Lacandona e a Outra Campanha: Por um mundo desde baixo e à esquerda

Ao longo desses 14 e 24 anos, de insurreição pública e formação do EZLN, o seu projeto não esteve isento de contradições, retrocessos e ambigüidades –às vezes propositas– porém, se deve perceber suas continuidades, profundidade e universalidade. O zapatismo tem variado sua política, táticas, estratégias e mesmo algumas teorias, no decorrer desses anos, ainda que, em nossa opinião, não chegou a romper uma continuidade essencial desde seu surgimento.

Dito isto, não pretendemos negar as transformações que ocorreram no interior do zapatismo, de suas categorias interpretativas e abertura a outras formas de pensamento e ação. Afinal, a historicidade do processo de luta aberta pelos zapatistas atravessa distintos momentos. Contudo, tampouco negamos o caráter marxista e das tradições de esquerda que se mantêm no EZLN, como apressadamente o fazem diversos analistas sociais do movimento. O conteúdo indígena no zapatismo é evidente (e não apenas físico, mas na concepção mesma de mundo), porém o que enfatizamos é que não necessariamente há um antagonismo fundamental, inconciliável, entre a concepção indígena-camponesa e a guerrilheira marxista, que formaram o EZLN. Aliás, o sincretismo na gênese do zapatismo é comumente aceito por quase todos os analistas, contudo, não obstante essa constatação, muitos teóricos partem na análise para o predomínio de uma ou outra perspectiva, ressaltando a vertente indígena em negação à marxista (compreendida muitas vezes de forma vulgar), ou dá-se ênfase na tradição política da esquerda e negam-se os avanços das lutas indígenas, no máximo limitando-as à concepção de inserção no sistema, de forma mais “justa” e “plural”, através da luta pelo reconhecimento dos seus direitos e acesso a elementos da modernidade. Nos parece que uma das características centrais do zapatismo reside em sua capacidade de se reinventar, de se auto-questionar e, ao mesmo tempo, interrogar as experiências passadas e presentes de luta social, de saber aproveitar elementos da dupla vertente de seu sincretismo⁶.

6 Segundo Carlos Aguirre Rojas (2006) houve três fases principais do zapatismo: a *do fogo* de 1983 à 12 de janeiro de 1994, data em que se cerra oficialmente o conflito armado; a *da palavra* que remete até a *V Declaração da Selva Lacandona* e prossegue com os anos seguintes, em que havia o objetivo de convocar a “sociedade civil” para formar um movimento forte e permanente de

Na verdade, a própria práxis política dos insurgentes levou a uma síntese dialética integradora dessas duas vertentes, síntese das tradições indígenas e tradições de esquerda, inclusive com a sua renovação pós 1968, e também das tradições de lutas mexicana. Neste sentido, para Aguirre Rojas (2006), o zapatismo é um movimento de novo tipo, que anuncia, de certa forma, como serão os movimentos antisistêmicos de oposição ao capitalismo num futuro breve, pois há no zapatismo aportes importantes para compreender quais as vias concretas pelas quais poderão transitar as lutas organizadas anticapitalistas. E para Raúl Zibechi (2004), o zapatismo é a expressão mais acabada de uma nova geração de movimentos sociais e populares, que vem madurando e crescendo desde os fins dos anos 1960, caracterizados pela ruptura com velhas formas de fazer política (centradas exclusivamente na classe operária, nos partidos de esquerda e tendo por referência o Estado). Os “novos movimentos”, como o zapatismo, representam, por sua vez, uma dupla resposta ao esgotamento dos modelos clássicos e a reestruturação do processo de acumulação, eles são expressões das transformações do capitalismo.

Atualmente, uma das maiores tentativas do EZLN de romper o isolamento e a fragmentação das lutas sociais dos “de baixo” e superar o medo da construção de “outro mundo” está na *VI Declaração da Selva Lacandona* e na *Outra Campanha*⁷. Dentre as múltiplas leituras possíveis dessas propostas, queremos aqui destacar alguns pontos.

Como Outra Campanha—que se constitui como frente operativa da *VI Declaração*—os rebeldes chiapanecos não recaem no mero pragmatismo, ao contrário, abrem a possibilidade de discutir com outros movimentos, organizações, coletivos e indivíduos, as melhores vias para se combater o capitalismo. Os zapatistas já efetivam certa reconstrução do poder social desde baixo, em uma escala local, em seus 14 anos ininterruptos de exercício de autogoverno em Chiapas; com a *VI Declaração* e a *Outra Campanha* se coloca a questão de como fazê-lo em âmbito nacional, em conjunto com uma forte e ampla rede de setores subalternos em rebeldia, em uma estratégia com organizações sociais, movimentos, coletivos e solidariedade com sua luta; e a *do ouvido* que principia com o lançamento da *VI Declaração* (que demorou quatro anos para ser gestada) e a *Outra Campanha*. Outras importantes referências para o estudo das transformações das estratégias e projetos do EZLN, ver Paredes (2002) e Figueiredo (2006).

7 Os zapatistas insistem na necessidade de *outra política*, organizada pelos e para os “de baixo” a partir da organização autônoma das comunidades, dos *pueblos*, dos trabalhadores. Política esta, que se oriente pelo *oximorón* de “mandar obedecendo”. Dessa forma, a *VI* e a *Outra* se constituem também como críticas a forma de sistema político das democracias representativas parlamentares, e concomitantemente, crítica aos movimentos e forças sociais que depositam esperança neste modelo (esvaziado de programas e de efetivos mecanismos de participação social), que partem de uma perspectiva quase exclusiva no sistema eleitoral e no Estado para a transformação da realidade social.

indivíduos bem delimitados no campo da luta política e da luta de classes. Para tanto, os insurgentes estão a utilizar uma série de meios: do percorrido do país pelo Subcomandante Marcos, denominado de Delegado Zero, e a Delegação Zapatista (e que tem por proposta viajar por todo o México, ouvindo e debatendo sobre os problemas e as formas de resistência de distintas organizações sociais); a debates públicos, variados encontros⁸ e formas de participação, para apresentar propostas de como lutar contra o capitalismo e criar um programa nacional de lutas, num exemplo inédito, sobretudo por se tratar de um exército guerrilheiro, de tentativa de organização e criação de uma contra-hegemonia desde baixo e democraticamente para as lutas de esquerda nacional e globalmente.

Segundo Immanuel Wallerstein (2006), ao lançar a *Outra Campanha* os zapatistas relançaram também um debate maior sobre a estratégia da esquerda mundial. E ela teria duas expectativas em curto prazo, que as autonomias de fato se estabeleçam em outras regiões do país, e também que a força combinada das múltiplas autonomias seja capaz de criar uma imensa pressão sobre o Estado, para obrigá-lo a reconhecê-las juridicamente.

E, neste sentido, cabe perguntar-se, de que forma é possível converter diversas rebeldias incipientes, as embrionárias formas civis de luta, em anticapitalista? Em sua aposta, o EZLN pode acabar encontrando um eco reduzido na *Outra Campanha*, em paralelo ao que ocorreu em diferentes ocasiões, quando o movimento tentou construir amplas frentes de oposição. Essas experiências, de uma maneira ou outra, acabaram sendo frustradas e mostraram forte debilidade, seja por parte da - muitas vezes difusa - “sociedade civil”, seja pela tentativa de cooptação e incapacidade de integração dos tradicionais partidos e movimentos de esquerda⁹.

8 Como os *Encontros dos Povos Zapatistas com os Povos do Mundo*, realizados em território rebelde zapatista, que tem por propósito realizar um debate aberto e amplo, com pessoas e organizações de várias partes do mundo, sobre as experiências de cada movimento, de cada sujeito. Discutindo inclusive os avanços e as limitações da experiência de autogoverno zapatista. O *III Encontro* se destinou a debater especificamente a condição das mulheres zapatistas e das mulheres no mundo. O conteúdo e o áudio dos debates e das mesas de discussões, bem como fotos dos *Encontros*, podem ser acessados através dos sites: <http://zeztainternacional.ezln.org.mx/> e <http://chiapas.indymedia.org>

9 Foram vários os momentos e as tentativas em que o EZLN buscou criar um movimento nacional de resistência, modificando suas táticas, como nos primórdios do conflito (em que ainda se pautava pela perspectiva de luta armada), passando pela tentativa da Convenção Nacional Democrática ou o Movimento pela Libertação Nacional, nos quais pretendia construir frentes nacionais “por cima dos partidos políticos, das armas, das divisões” para a instauração de um governo de transição (entendido não como governo transitório e sim como governo com programa político de democratização da nação, que tinha como expoente o candidato oposicionista Cárdenas), ou ainda a Frente Zapatista de Libertação Nacional, força política e civil, composta por diversos setores sociais e níveis de participação e que não aspirava postos no poder instituído, entre outras iniciativas. Para uma exposição dessas experiências nos permitam recomendar, mais uma vez, nossa dissertação, especialmente o tópico: *Implicações teórico-práticas para a apreensão da “sociedade civil”, do*

Ligada intimamente a essas questões, está a problemática que se coloca para toda a luta emancipatória da classe trabalhadora hoje em dia, que procure acabar efetivamente com as relações de exploração. Atualmente o mundo se organiza por capitalistas -com extrema coesão transnacional, com mentalidade cosmopolita e supranacional, através da multiplicidade de organizações que atuam em distintos âmbitos (nacional, internacional e supranacional) em redes muito estreitas- e por trabalhadores (que apesar de serem dominados em conjunto pelos capitalistas como classe), fragmentam-se em sua luta e solidariedade, dividindo-se por nacionalismos, regionalismos, diferenças étnicas, culturais, raciais, sexuais (Bernardo, 2005). Esta questão, como temos demonstrado, o zapatismo parece ter entendido perfeitamente bem, e através da sua luta busca ultrapassar sua própria fragmentação e especificidade, com vistas a abarcar todos os setores “desde baixo”, isto é, os explorados e oprimidos da sociedade.

Então, a pergunta que há 14 anos reiteradamente se coloca aos zapatistas é: como construir um contra-poder, ou antipoder, a partir da resistência? Como construir a unidade de ação com vistas a acumulação de forças desde baixo, dos movimentos sociais, organizações indígenas, operários, camponeses, sindicatos, desempregados, estudantes? Um problema que os próprios zapatistas vêem se colocando, e não apenas de maneira retórica ou teórica, mas também na tentativa concreta de construção dessa resposta em distintos momentos e fases de sua estratégia e projeto político.

Esse nos parece o ponto central da *VI Declaração da Selva Lacandona* e da *Outra Campanha*, a tentativa de superação da fragmentação das lutas sociais, como condição indispensável de luta contra o capitalismo, de forma autônoma e que respeite as identidades e organizativas culturais e de luta próprias de cada movimento, a construção de um “mundo onde caibam vários mundos”, “desde baixo e à esquerda”, para que “Talvez chegamos a um acordo entre nós que somos simples e humildes e, juntos, nos organizamos em todo o país e combinamos nossas lutas que agora estão sós, afastadas umas das outras, e encontramos algo parecido com um programa que tenha o que todos queremos” (EZLN-VI Declaração)¹⁰.

Estado e do poder: nos passos das Declarações da Selva Lacandona (Hilsenbeck Filho, 2007) e o livro de Ramírez Paredes (2002).

10 Contudo, são vários os desafios colocados e que podem impossibilitar, uma vez mais, a tão ansiada “unidade na diversidade” dos movimentos de esquerda mexicanos. Pois, apesar de a *Outra Campanha* ser proposta como espaço de aglutinação das forças anticapitalistas, esse programa é bastante indefinido e genérico em muitos aspectos, como, por exemplo, sua estrutura organizativa, suas formas decisórias e suas políticas de alianças. Essas indefinições podem acarretar em percalços para a construção efetiva de um programa nacional de luta, sobretudo, ao ganhar força as práticas políticas sectárias em seu seio. Outro elemento a ser considerado é que parece haver, atualmente, uma escassa participação nacional – comparada a outras épocas – em torno das convocações e chamados do EZLN e isso em um momento muito delicado, no qual prenuncia-se uma nova

Nesse sentido, a *Outra Campanha* busca promover certa reabsorção do político por parte do social, para que a política sirva ao social e se subordine a ele, em que as decisões fundamentais devam ser tomadas por toda a população e não pelos “representantes”, pelos dirigentes, estes devem servir a comunidade e não “servir-se” dela. Em que a política não seja entendida enquanto esfera autônoma da vida social, na mera busca por postos, vantagens ou micro-poderes diversos para os líderes em detrimento às massas populares de trabalhadores. Ao contrário, a exemplo dos municípios autônomos em rebeldia zapatistas, para que o eixo de toda estratégia e tática possíveis seja o fortalecimento do movimento e a conquista real das demandas populares, através da própria construção social do que se anseia. Isto é, uma radicalmente nova, alternativa e distinta forma de fazer *outra política*, a partir do *oximorón* de “mandar-obedecendo” e desde a lógica da construção de um contra-poder popular, que paradoxalmente, se assemelha e se aproxima às formas de se fazer política historicamente encontradas pela classe trabalhadora a partir de suas lutas autônomas e coletivas. Nas quais se reapropria a força social, ou seja, a gestão e a condução não apenas de suas próprias lutas e combates atuais, mas de seus próprios destinos e de todo o conjunto de suas ações em geral. Esse protagonismo direto e coletivamente participativo recoloca o vínculo entre a dimensão social e o âmbito político no próprio movimento (Aguirre Rojas, 2006).

Desta forma, os zapatistas ressaltam a necessária subordinação da dimensão política à social. Eles desmistificam o fato de as tarefas e assuntos públicos necessitarem de uma parafernália burocrática e culta; nas comunidades zapatistas a política é cotidiana e tem como protagonista o próprio povo. Através de um governo pautado no poder popular; numa democracia direta e local; na dissolução da polícia enquanto corpo burocrático separado e oposto à sociedade, substituída pelo próprio povo, que se encarrega da manutenção da ordem e da vigilância; na revogabilidade a qualquer momento do mandato e no não pagamento de quantias astronômicas para cumprir um dever com a comunidade; na construção de um modelo em que todos sejam governos, e que ser governo signifique uma postura de compromisso com a comunidade e não uma forma de distinção e de privilégios, que envolve uma cultura de identificação com o outro e de identificação entre os interesses individuais e coletivos com o bem comum.

Portanto, através da reinserção e subordinação do político ao social, efetivada em escala local em seus territórios liberados, os zapatistas exercem efetivamente o poder social. Ao mesmo tempo, ele se conforma enquanto movimento antisistêmico global, na medida em que não se reconhece somente como um movimento de um ator social e de seus eventuais aliados subordinados, nem como um movimento que investe em somente uma ou duas frentes de luta, mas

escalada da violência, oficial e paramilitar, às comunidades bases de apoio zapatistas.

como um movimento de múltiplos atores sociais e também de muitas frentes de luta simultâneas (Aguirre Rojas, 2005). E o que está cada vez mais claro, estas várias vertentes se conjugam sem o abandono da perspectiva de fim do capitalismo, reforçam a necessidade de se expropriar os meios de produção e mantêm a centralidade da luta de classes. O zapatismo volta a nos recordar que as iniciativas e propostas dos movimentos anticapitalistas têm que ser pensadas e efetuadas em nível local, regional e nacional, mas igualmente em sua dimensão planetária global.

Obviamente que com isso, o zapatismo não se constitui como um modelo e método de ação que possa ser apropriado para qualquer realidade. Para apreender a real influência, ou ressonância, do zapatismo nos movimentos sociais, tem-se que ir para além dos aspectos visíveis e institucionais, dos programas e expressões públicas (tão caros a certa intelectualidade de esquerda), e adentrar nas práticas e relações sociais, bem como nas suas contradições, que são construídas no interior dos movimentos, que trazem consigo os germes de novas formas de fazer política e da própria sociedade almejada (Zibechi, 2004). Neste sentido, é importante observar, a partir da análise dessas experiências de resistência e rebeldia que deitam raízes no presente, as tendências embrionárias das possibilidades futuras, ainda que não certas, de construção desse “outro mundo, onde caibam muitos mundos”.

Os zapatistas contribuíram para reacender a chama de dignidade e revolta em parcelas de uma nova geração de lutas sociais de esquerda e anticapitalista. No processo de construção de sua dignidade e rebeldia, desnudaram velhos e construíram novos caminhos, teceram pontes entre as rebeldias, para que outros trilhassem com eles outras dignidades e rebeldias, que insistem em não se enquadrar no fim da pré-história e buscam o princípio da história da humanidade, livre e emancipada.

Bibliografia

- ALMEYRA, Guillermo; THIBANT, Emiliano (2006). *Zapatistas: Un nuevo mundo en construcción*. Buenos Aires: Ed. Maiupe.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio (2005). “La Sexta Declaración neozapatista – Una lectura en perspectiva global”. *Revista Memoria*, nº 201, novembro. Disponível em: www.memoria.com.mx/node/678
- _____. (2006). Ir a contracorrente: el sentido de La Otra Campaña. *Revista Contrahistorias*, México, DF, n. 06, pg. 07-24.
- BERNARDO, João (2005). *Trabalhadores: classe ou fragmentos? O Comuneiro*, set. 2005. Disponível em: <www.ocomuneiro.com.br>

- CASANOVA, Pablo González (2003). Colonialismo interno (una redefinición). *Revista Rebelión*, México, n° 12, p. 41-59, out.
- CECEÑA, Ana Esther (2005). Neoliberalismo y insubordinación. In: CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Neoliberalismo y movimientos sociales en América Latina: la configuración de la protesta social*. Buenos Aires: CLACSO.
- DÁVALOS, Pablo (2005a). Movilización indígena, autonomía y plurinacionalidad. In: CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Pueblos indígenas, globalización y Estado plurinacional*. Buenos Aires: CLACSO.
- (2005b). Movimientos indígenas en América Latina: el derecho a la palabra. In: CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Neoliberalismo y movimientos sociales en América Latina: la configuración de la protesta social*. Buenos Aires: CLACSO.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor. Etnofagia y multiculturalismo. *Revista Memória*, México, DF, n. 200, p. 5-12, out. 2005.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de (2006). *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. São Carlos: Rima.
- GABRIEL, Leo; LÓPEZ y RIVAS, Gilberto (coord.) (2005). *Autonomías indígenas en América Latina: Nuevas formas de convivencia política*. México, DF: Plaza y Valdes editores.
- HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian (2007). *Abaixo e à esquerda – Uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- HOLLOWAY, John. (2003) *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo.
- PAREDES, Juan Rogelio Ramírez (2002). *Nunca más sin rostros!* (Evolución histórica del proyecto del EZLN). México, DF: ed. Sociales.
- VARESE, Stefano (2005). Pueblos índios, soberanía y globalismo. In: CONSELHO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Neoliberalismo y movimientos sociales en América Latina: la configuración de la protesta social*. Buenos Aires: CLACSO.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2006). La Otra Campaña en perspectiva histórica. *Revista Contrahistorias*, México, DF, n. 06, pg. 73-78.
- ZIBECHI, Raúl (2004). “El zapatismo y América Latina. Profunda revolución cultural?”. *Perfil de La Jornada*, 02/01/2004. Disponible em: www.jornada.unam.mx/2004/01/02/per-raul.html